

## EDITAL Nº 986/2025-CSCGP-FMVZ - ABERTURA DE INSCRIÇÕES

Acham-se abertas, nos termos do Despacho nº 384/2025- RUPESP de 02/10/2025, publicado em 03/10/2025 e com base na Resolução UNESP nº 30/2025 e Portaria UNESP nº 118/2025, as inscrições do concurso público de Provas e Títulos para contratação de **01 PROFESSOR SUBSTITUTO, por prazo determinado**, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, em 12 horas semanais de trabalho, na área de conhecimento **Inspeção de Produtos de Origem Animal**, sub-área de conhecimento **Inspeção Sanitária de Alimentos** e no conjunto de disciplinas: **Inspeção Sanitária de Alimentos de Origem Animal, Higiene e Legislação de Alimentos, Biotecnologia e Bioprocessos Voltados à Produção de Alimentos, Biossegurança, Tecnologia dos Produtos de Origem Animal, Tecnologia dos Produtos de Origem Animal I, Tecnologia dos Produtos de Origem Animal II**, junto ao **Produção Animal e Medicina Veterinária Preventiva** da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia do Câmpus de Botucatu.

O contratado exercerá as atividades de docência em cursos de graduação nos períodos diurno e/ou noturno, dependendo das necessidades do Departamento, podendo atender às dimensões de ensino e extensão universitária.

### 1. REMUNERAÇÃO

**1.1.** O salário de Professor Substituto é de R\$ 2.026,61, correspondente à referência MS-2, em 12 horas semanais, acrescido de benefícios regulamentados internamente.

**1.2.** Caso o candidato tenha título superior ao exigido, o salário será correspondente à titulação, na seguinte conformidade:

Salário	Referência	Titulação
R\$ 2.834,62	MS-3.1	Doutorado
R\$ 3.379,43	MS-5.1	Livre-Docente

**1.3.** Por se tratar de contratação em caráter emergencial e temporária, ainda que o candidato venha a obter titulação acadêmica superior após a assinatura do contrato, esta não será considerada para fins de aumento salarial.

**1.4.** Vale alimentação no valor de R\$ 2.000,02, nos termos da Portaria Unesp nº 10/2022.

### 2. INSCRIÇÕES

**2.1.** As inscrições serão recebidas via internet, acessando o Sistema de Inscrições, no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>. O candidato deverá preencher o formulário eletrônico e realizar o pagamento da taxa de inscrição no valor de **R\$ 202,00 (duzentos e dois reais)**, a ser efetuado, por meio de **transferência** ou **depósito bancário identificado**, no período **das 00:00 do dia 03/11/2025 às 17:00 do dia 17/11/2025**, observado o horário de Brasília.

#### **Banco do Brasil**

**Agência 5556-5**

**Conta Corrente 130010-5 - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia do Câmpus de Botucatu**

**CNPJ 48.031.918/0020-97**

**2.1.1.** Antes do encerramento do prazo previsto para o recebimento das inscrições, o termo final poderá ser prorrogado, a critério da Administração, em continuidade ao prazo anteriormente fixado.

**2.2.** A inscrição somente será analisada se atendidos os termos do item 4.4 deste edital.

**2.3.** A inscrição só será validada mediante pagamento do valor total da respectiva inscrição no prazo final do período indicado no item 2.1.

**2.4.** O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição deverá se inscrever nos 05 (cinco) primeiros dias do período de inscrição, satisfeitas as exigências do item 5.

**2.5.** Não haverá reserva de percentual de que trata a Lei Complementar nº 683/1992 em razão do número de vagas.

### **3. CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO**

**3.1.** Poderão inscrever-se **graduados em Medicina Veterinária e que tenham, no mínimo, Residência em Medicina Veterinária e Mestrado em Medicina Veterinária na área de Inspeção Sanitária de Alimentos de Origem Animal, Medicina Veterinária Preventiva ou Ciência dos Alimentos.**

**3.1.1.** Os diplomas de graduação com validade nacional ou os obtidos no exterior serão aceitos para fins de inscrição;

**3.1.1.1.** Os diplomas de graduação obtidos no exterior deverão estar revalidados por Universidades Públicas, atendendo os termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996;

**3.1.2.** Os títulos de Mestre, de Doutor e de Livre-docente serão aceitos para inscrição obedecendo aos seguintes dispositivos:

**3.1.2.1.** os diplomas de Mestrado e de Doutorado serão aceitos, quando obtidos em cursos de pós-graduação recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE);

**3.1.2.2.** os diplomas de Mestrado e de Doutorado obtidos no exterior serão aceitos, desde que estejam reconhecidos e registrados por universidades que possuam cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE);

**3.1.2.3.** os títulos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) obtidos por instituições de ensino superior estrangeiras de curso na modalidade de Educação à distância (EAD) não são passíveis de equivalência.

**3.1.2.4.** o título de Livre-docente obtido fora da Unesp será aceito, devendo ser reconhecida sua equivalência aos títulos conferidos pela Unesp.

**3.1.2.5.** O atendimento aos itens 3.1.1 e 3.1.2 é condição para a continuidade do vínculo docente com a Unesp.

**3.3.** O candidato estrangeiro poderá inscrever-se no concurso público com passaporte, entretanto, por ocasião da contratação deverá comprovar, ser portador de visto permanente ou a cédula de identidade com visto temporário com prazo de validade compatível. Caso ainda não possua, deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, cópia simples do protocolo do pedido de visto temporário.

### **4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO**

**4.1.** Para a confirmação da inscrição, o candidato deverá preencher o formulário de inscrição, indicando nome completo, número da cédula de identidade, data de nascimento, filiação,

naturalidade, estado civil, residência, profissão e endereço eletrônico, anexando, em formato "Portable document format" (PDF), frente e verso, os documentos abaixo:

**4.1.1.** Pelo menos um dos seguintes documentos de identificação com foto: cédula de identidade; carteira nacional de habilitação; cédula de identidade de estrangeiro com visto permanente ou temporário e na falta desta, o passaporte, no caso de candidato estrangeiro;

**4.1.2.** comprovante de graduação em curso superior, bem como de ser portador do título de Mestre ou Doutor ou portadores de certificado de especialização em nível de pós-graduação na área da disciplina que pretendem lecionar ou cópia da ata de defesa da tese, condicionada a apresentação do título homologado, na ocasião da contratação. *(quando for o caso).*

**4.1.3.** Nos casos de pagamento utilizando **transferência ou depósito bancário**, o candidato deverá anexar o comprovante da operação bancária no Sistema de Inscrições, no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>. Sendo o pagamento feito por meio de Pix com QR code gerado pelo sistema, não é necessário anexar comprovante.

**4.1.4.** Curriculum Lattes documentado das atividades realizadas, (inclusive com o histórico escolar - graduação e pós-graduação do candidato) no qual sejam indicados os trabalhos publicados e todas as demais informações que permitam a cabal avaliação do mérito do candidato.

**4.1.4.1** Os documentos comprobatórios do Curriculum Lattes devem ser juntados em um único arquivo a ser inserido em campo específico no formulário de envio de documentação de inscrição contido no Sistema de Inscrições.

**4.1.5.** Os candidatos estrangeiros podem se cadastrar no site da Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

**4.2.** No ato da contratação, a apresentação das vias originais da documentação mencionada neste edital poderá ser solicitada.

**4.3.** Todos os documentos deverão ser anexados através do Sistema de Inscrições, no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>, no formato PDF, com limite de 200 MB por arquivo.

**4.4.** Para que a inscrição seja submetida para análise, o candidato deverá confirmar o envio da documentação por meio do clique no botão "Confirmar Envio da Documentação" nas páginas destinadas à inserção da documentação complementar no Sistema de Inscrições.

## 5. REDUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO – LEI nº 12.782/2007

**5.1.** A redução do valor da taxa de inscrição, correspondente a 50% (cinquenta por cento), será concedida aos candidatos interessados que atendam, CUMULATIVAMENTE, os seguintes requisitos:

**5.1.1.** sejam estudantes, assim considerados os que se encontrem regularmente matriculados em curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação.

**5.1.2.** percebam remuneração, mensal, inferior a 02 (dois) salários mínimos, ou estejam desempregados.

**5.2.** A concessão da redução ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, no ato da inscrição:

**5.2.1.** quanto à comprovação da condição de estudante, de um dos seguintes documentos:

**5.2.1.1.** certidão ou declaração, expedida por instituição de ensino pública ou privada;

**5.2.1.2.** carteira de identidade estudantil ou documento similar, expedido por instituição de ensino pública ou privada, ou por entidade de representação discente;

**5.2.2.** quanto às circunstâncias previstas no item 5.1.2, deste Edital, do comprovante de renda ou de declaração, por escrito, da condição de desempregado.

**5.3.** O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição, deverá acessar nos **05 (cinco)** primeiros dias do período de inscrição, de **03/11/2025 às 23:59h do dia 07/11/2025**, observado o horário de Brasília, no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br> (no campo "Outros", do formulário de inscrição), ler e aceitar o requerimento e anexar a documentação solicitada.

**5.3.1.** O candidato deverá atestar a veracidade das informações documentais no requerimento de redução da taxa, sem prejuízo de eventual apresentação dos originais caso a Unesp entenda necessário. Em caso de declaração falsa, haverá sanções administrativas, civis e penais.

**5.4.** Somente serão aceitos os documentos dos quais constem todos os dados necessários à sua perfeita análise.

**5.5.** O deferimento ou indeferimento das solicitações de redução da taxa de inscrição será disponibilizado no local das inscrições no dia 11/11/2025, a partir das 14 horas e, no caso de indeferimento, o prazo para interposição de recurso será de 03 (três) dias contando da data de divulgação.

## **6. DA CANDIDATA LACTANTE**

**6.1** No momento da inscrição, deverá ser informada, pela candidata lactante de filho de até 6 (seis) meses de idade, a necessidade de amamentação durante a realização da prova escrita.

**6.1.1.** A data de nascimento da criança deverá ser informada no momento de realização da inscrição.

**6.2.** Antes do horário de início da prova escrita, informar o horário previsto de saída da prova para amamentação.

**6.3.** Caberá à candidata lactante designar um acompanhante, maior de idade, para ser responsável pela criança, o qual será conduzido, antes do horário de início da prova escrita, para aguardar em uma sala reservada para tal fim.

**6.4.** O acompanhante estará submetido a todas as normas constantes deste Edital, inclusive à apresentação de documento oficial de identificação e à proibição de utilização de equipamentos eletrônicos.

**6.5.** É proibida a permanência da candidata com a criança no local de realização da prova escrita.

**6.6.** A Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia não disponibilizará acompanhante para a guarda da criança.

**6.7.** No momento da amamentação:

**6.7.1.** a candidata será conduzida para um lugar reservado para tal finalidade, devendo ser acompanhada por um fiscal;

**6.7.2.** o material de prova deverá permanecer no local de realização da avaliação;

**6.7.3.** é vedada a presença do acompanhante da criança.

**6.8** É vedada a comunicação entre a candidata e o acompanhante no decorrer do período de aplicação da prova escrita.

**6.9** O período de amamentação será contabilizado para fins de compensação do tempo de duração da prova da candidata.

**6.10** Excetuada a situação prevista nesta seção "Da Candidata Lactante", não será permitida a permanência de criança ou de adulto de qualquer idade nas dependências do local de realização da prova, sob pena de eliminação da candidata do certame.

## **7. CONDIÇÃO ESPECIAL/PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

**7.1.** O candidato que se identifica como pessoa com deficiência deverá, no ato de inscrição, fazer essa declaração e apresentar laudo médico legível atestando a espécie, o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a causa da deficiência. O laudo deve ser anexado ao pedido de condição especial do candidato, no formato PDF, com limite de 200 MB por arquivo.

**7.2.** No ato da inscrição, o candidato deverá especificar no formulário eletrônico disponível no endereço: <https://inscricoes.unesp.br>, campo informações complementares, os recursos necessários para assegurar a adaptação da sua prova, bem como dilação do tempo da prova escrita.

**7.3.** O candidato que, dentro do período de inscrições, deixar de atender ao estabelecido no item 7.2. não será considerado pessoa com deficiência e não poderá interpor recurso em favor de sua situação, bem como não terá sua prova especial preparada ou as condições especiais providenciadas, seja qual for o motivo alegado.

**7.4.** O atendimento às condições especiais pleiteadas ficará sujeito à análise da razoabilidade e viabilidade do solicitado.

## **8. DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES**

**8.1.** Findo o prazo previsto no item 2.1, a Comissão Examinadora, em 2 (dois) dias úteis depois de publicado no Diário Oficial do Estado-DOE e divulgado no endereço eletrônico [https://inscricoes.unesp.br/](https://inscricoes.unesp.br) o ato formal de sua constituição, decidirá acerca das inscrições efetuadas, divulgando o ato decisório no endereço eletrônico indicado no edital, com esclarecimentos acerca dos recursos regimentais cabíveis para a hipótese de indeferimento.

**8.1.1.** As inscrições que não se enquadrarem nas exigências estabelecidas no edital de abertura de inscrição serão indeferidas e publicadas no DOE, juntamente com as deferidas e não submetidas.

**8.1.2.** O candidato poderá requerer através do endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após a data da publicação a que se refere o item 8.1, reconsideração quanto ao indeferimento de sua inscrição, que será apreciada pela Congregação da Unidade Universitária, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do prazo final de recurso.

**8.1.3.** Após transcorridos os prazos recursais, será divulgada a lista definitiva dos inscritos.

## **9. COMISSÃO EXAMINADORA**

**9.1.** As provas serão avaliadas por Comissão Examinadora especialmente criada para o certame nos termos da Portaria Unesp 118/2025.

**9.2.** A composição da Comissão Examinadora será divulgada no endereço eletrônico da universidade, paralelamente ao hiperlink de acesso ao edital do concurso, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da realização da primeira prova.

**9.3.** Os membros da Comissão Examinadora não deverão ter conflitos de interesse, de acordo com a Portaria Unesp nº 63/2023.

**9.4.** No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da lista definitiva dos inscritos (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.

**9.5.** Terá legitimidade para apresentar a impugnação:

**9.5.1.** qualquer candidato com inscrição deferida;



**9.5.2.** membro da Congregação da Unidade Universitária;

**9.5.3.** membro da própria Comissão.

**9.6.** A impugnação será julgada pelo Diretor da Unidade, no prazo de até 2 (dois) dias, em decisão fundamentada.

**9.7.** Se acolhida a impugnação, competirá ao Diretor da Unidade, de imediato, substituir o membro da Comissão Examinadora, respeitadas as mesmas exigências da formação original e renovada a possibilidade de impugnação a partir da publicação do ato.

**9.8.** Ainda que não haja impugnação formal, o Diretor da Unidade poderá determinar *ex officio*, de forma fundamentada, a substituição de membro da Comissão caso tenha conhecimento de causa de impedimento não declarada (verdade sabida). Com a nova publicação, observar-se-á o disposto nos itens anteriores desta cláusula.

**9.9.** Será considerada definitiva a Comissão Examinadora:

**9.9.1.** quando não tenha sido apresentada qualquer impugnação, com ou sem substituição *ex officio*;

**9.9.2.** se a impugnação apresentada não for acolhida;

**9.9.3.** se acolhida a impugnação, for definitivamente superada a falha.

**9.10.** A impugnação da Comissão Examinadora deverá ser realizada através do sistema de inscrições, no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br> dentro do prazo previsto no item 9.4.

## **10. PROVAS, REALIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E JULGAMENTO**

**10.1.** O concurso de provas e títulos constará de três fases:

**10.1.1.** prova escrita, de caráter classificatório.

**10.1.1.1.** Após o sorteio de um dos pontos constantes no edital do concurso para a prova escrita, o candidato terá 60 (sessenta) minutos para a realização de consulta e 180 (cento e oitenta) minutos para discorrer sobre o ponto sorteado.

**10.1.1.2.** Durante a consulta o candidato poderá utilizar anotações, roteiros, livros, ou outro material de apoio, sendo vedado o uso de dispositivos eletrônicos.

**10.1.1.3.** É vedada a identificação dos candidatos nas provas escritas, devendo ser assegurado o sigilo mediante utilização, nas folhas de prova, de número de identificação que será revelado aos integrantes da comissão examinadora somente após a divulgação das respectivas notas.

**10.1.1.4.** Durante a realização da prova escrita, o candidato somente poderá utilizar como material de apoio as anotações realizadas por ele durante o período de consulta, as quais deverão estar transcritas, obrigatoriamente, em folhas fornecidas e rubricadas pelo presidente da Comissão Examinadora e entregues junto com a folha de prova.

**10.1.2.** prova didática, de caráter classificatório;

**10.1.3.** análise de Curriculum Lattes documentado, de caráter classificatório.

**10.1.4.** Na avaliação do candidato será adotado o critério de notas de 0 (zero) a 10 (dez) em todas as provas, contando-se até a segunda casa decimal sem arredondamento.

**10.2.** As provas só terão início depois de publicadas as decisões de recursos eventualmente interpostos contra o indeferimento das inscrições.

**10.2.1.** Data, horário e local para a realização das provas deverão ser acompanhados pelo candidato por meio do Edital de Convocação a ser publicado no DOE e divulgado no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>. com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência à data de realização da prova.

**10.2.2.** No dia da realização das provas, o candidato deverá apresentar original de um dos seguintes documentos de identificação: Cédula de Identidade, Carteira de Órgão ou Conselho de Classe, Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) física, Certificado Militar, Carteira Nacional de Habilitação, expedida nos termos da Lei Federal nº 9.503/97, Passaporte, Carteiras de Identidade expedidas pelas Forças Armadas, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Serão também aceitos digitalmente apenas a Carteira Nacional de Habilitação e Título de Eleitor, desde que o candidato apresente o documento DIRETAMENTE do aplicativo (prints e fotos dos documentos não serão aceitos).

**10.3.** Os critérios e respectivas pontuações de avaliação das provas, julgamento, classificação e desempate serão definidos pelo Conselho do Departamento de Ensino, valendo-se de legislação específica, elaborada pela unidade e aprovada em Congregação, observadas as seguintes particularidades:

**10.3.1.** Nas duas primeiras fases do concurso, a avaliação de cada candidato constituirá ato privativo do integrante da Comissão, o qual deverá apresentar as suas notas de forma reservada à Presidência do órgão.

**10.3.2.** A abertura dos documentos de atribuição de notas será feita em reunião da Comissão e na presença de todos os seus membros titulares, depois de examinados todos os candidatos e esgotadas todas as fases.

**10.3.3.** A análise referida na terceira fase do concurso poderá ser feita de forma consensual pelos membros da Comissão, antes da abertura das demais notas atribuídas às provas das fases precedentes, observados os critérios objetivos de pontuação previstos em legislação específica da Unidade e previamente divulgados no edital do concurso.

**10.3.4.** Apuradas todas as notas, serão divulgadas as médias finais, na ordem de classificação.

**10.3.4.1** Quando da publicação das médias finais, os candidatos terão acesso, via Sistema de Inscrições, no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>, às planilhas de composição das notas de todos os candidatos.

## 11. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

**11.1.1.** prova escrita, de caráter classificatório – peso 1.

Após o sorteio de um dos pontos publicados no edital, o candidato terá 60 minutos para consultar a bibliografia pertinente ao tema sorteado e, em seguida, mais 180 minutos para discorrer sobre o mesmo. O material a ser consultado deve ser impresso, tais como artigos científicos, livros ou cadernos técnicos, não se admitindo a consulta por meio de computadores pessoais (notebooks) ou utilização materiais escritos à mão previamente preparados (anotações, rascunhos, etc). As provas serão corrigidas por todos os membros da banca examinadora, totalizando três notas, variando de 0 a 10, com aproximação até a primeira casa decimal, sendo essas notas utilizadas no cálculo da média final de cada candidato.

Critérios e pontuações da Prova Escrita:

**Apresentação - no máximo 1 ponto:**

- Introdução: 0,25
- Desenvolvimento: 0,50
- Conclusão: 0,25

**Conteúdo - no máximo 7 pontos:**

- Desenvolvimento do tema: 4,0
- Organização: 1,0
- Coerência: 1,0
- Clareza de ideias: 1,0

**Linguagem - no máximo 2 pontos:**

- Uso adequado da terminologia técnica: 0,5
  - Propriedade: 0,5
  - Clareza: 0,5
  - Precisão e correção gramatical: 0,5
- Nota mínima para aprovação na prova escrita: 7,0.

**11.1.2. prova didática, de caráter classificatório – peso 2;**

Constará de aula teórica em nível de graduação, com duração de, no mínimo, 40 (quarenta) minutos e, no máximo, 60 minutos. Não sendo cumpridos os limites de tempo (40 a 60 minutos), será atribuída nota 0 ao candidato. Para a realização dessa prova, será sorteado um ponto daqueles listados no programa do concurso. A apresentação obedecerá à sequência da ordem de inscrição dos candidatos e ocorrerá 24h após o sorteio. O candidato deverá gravar o documento de sua aula em pen drive e utilizar o computador e projetor fornecidos pela unidade para sua apresentação, não sendo admitido o uso de notebook próprio.

**Critérios e pontuações da Prova Didática:**

Obedecerá aos seguintes critérios, bem como as respectivas pontuações e será avaliada por todos os membros da banca examinadora, totalizando três notas, variando de 0 a 10, com aproximação até a primeira casa decimal, sendo essas notas utilizadas no cálculo da média final de cada candidato:

- Plano de aula: 1,0
- Adequação ao tema e abordagem do assunto, nível de graduação: 1,0
- Domínio teórico e conceitual do assunto: 2,0
- Exatidão e atualidade das informações: 1,0
- Desenvolvimento sequencial do tema em ordem lógica: 1,0
- Clareza e objetividade: uso de frases curtas, em ordem direta e sem digressões: 1,0
- Adequação da linguagem e correção gramatical: 1,0
- Capacidade de síntese e abrangência: 1,0
- Utilização adequada dos recursos didáticos disponíveis: 1,0

**11.1.3. análise de Curriculum Lattes documentado, de caráter classificatório – peso 2.**

Será realizada mediante a análise do Curriculum Lattes, devidamente documentado, seguindo os critérios abaixo descritos:

- *Títulos Acadêmicos*: 2,0
- *Produção Científica, Artística, Técnica, Cultural e Atividades de Extensão*: 5,0
- *Atividade Didática*: 2,0
- *Outras atividades*: 1,0

**1) Títulos Acadêmicos (2,0 pontos)**

- Doutorado na área objeto do concurso ou áreas afins = 1,2 pontos
- Mestrado na área objeto do concurso ou áreas afins = 0,8 ponto
- Mestrado fora da área objeto do concurso = 0,2 ponto



## **2) Produção Científica, Artística, Técnica, Cultural e Atividade de Extensão (5,0 pontos)**

### *Artigos (máximo 3,0 pontos)*

- Considerar o período dos últimos cinco anos, a partir da data da publicação do edital). Artigos publicados em periódicos científicos com fator de impacto do JCR (Journal Citation Reports – Vigente na data de aplicação das provas) - Fator de Impacto do JCR 3,134: 1,0 ponto por unidade - Fator de Impacto do JCR entre 3,133 e 2,261: 0,75 pontos por unidade - Fator de Impacto do JCR entre 2,260 e 1,099: 0,50 pontos por unidade - Fator de Impacto do JCR entre 1,098 e 0,017: 0,25 pontos por unidade

### *Resumos em anais de eventos (máximo 1,0 ponto)*

- Nacionais = 0,01 ponto por resumo (máximo 0,5 pontos)
- Internacionais = 0,02 ponto por resumo (máximo 0,5 pontos)

### *Patente/Registro = 0,5 ponto por documento (máximo 0,5 pontos)*

### *Atividade de Extensão (conforme Resolução Unesp nº 33/2011 que define as atividades de extensão universitária na UNESP) - 0,1 por documento (máximo de 0,5 pontos)*

## **3) Atividades Didáticas (2,0 pontos)**

- Atividade didática comprovada em Instituição de Ensino Superior (IES) = 0,3 ponto a cada 30 horas-aula por semestre na graduação e/ou pós-graduação nas disciplinas objeto do concurso
- Atividade didática comprovada em Instituição de Ensino Superior (IES) = 0,05 ponto a cada 30 horas-aula por semestre na graduação e/ou pós-graduação em diferentes disciplinas na área de Medicina Veterinária Preventiva (máximo de 0,2 ponto)

## **4) Outras Atividades (1,0 ponto)**

- Orientação de Iniciação Científica concluída = 0,025 para cada orientação máximo 0,4 ponto)
- Orientação de Mestrado concluída = 0,05 para cada orientação (máximo 0,4 ponto)
- Orientação de Doutorado concluída = 0,1 para cada orientação (máximo 0,4 ponto)
- Co-orientação de Iniciação Científica concluída = 0,0125 para cada orientação (máximo 0,4 ponto)
- Co-orientação de Mestrado concluída = 0,025 para cada orientação (máximo 0,4 ponto)
- Co-orientação de Doutorado concluída = 0,05 para cada orientação (máximo 0,4 ponto)
- Participação em bancas de avaliação de graduação (trabalho de conclusão de curso e apresentação de estágio curricular obrigatório) = 0,01 por banca (máximo 0,1 ponto)
- Participação em bancas de avaliação de pós-graduação (qualificação ou defesa de mestrado, doutorado ou especialização/aprimoramento) = 0,05 por banca (máximo 0,4 ponto)
- Pós-doutorado = 0,8 ponto para cada estágio de pós-doutoramento
- Livros = 0,4 ponto para cada livro
- Capítulo de livro = 0,2 ponto para cada capítulo
- Coordenação de eventos = 0,02 ponto para organização de evento
- Prêmios e homenagens = 0,05 ponto para cada prêmio / homenagem
- Especialização na área objeto do concurso = 0,2 ponto para cada especialização
- Residência na linha de objeto do concurso = 0,4 ponto

## **12. HABILITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE**

**12.1.** Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem média igual ou superior a 07 (sete), atribuídas por, pelo menos, 02 (dois) membros da comissão examinadora.

**12.2.** A ordem de classificação dos candidatos aprovados será estabelecida em função da maior média final obtida.

**12.3.** Em caso de igualdade da pontuação final, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

**12.3.1.** com idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada;

**12.3.2.** com maior média na prova didática;

**12.3.3.** com maior média na prova de títulos;

**12.3.4.** com maior média na prova escrita;

**12.3.5.** mais idoso entre aqueles com idade inferior a 60 anos;

### **13. DOS RECURSOS**

**13.1.** Caberá recurso, devidamente fundamentado, à Congregação nas seguintes hipóteses:

**13.1.1.** contra a decisão de indeferimento da inscrição, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a divulgação da lista de inscritos, no DOE;

**13.1.2.** do resultado final do concurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data de sua divulgação no DOE.

**13.2.** O candidato poderá interpor recurso, devidamente fundamentado, no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>.

### **14. CONTRATAÇÃO**

**14.1.** A contratação somente se efetivará após a homologação, esgotado o prazo para recurso ou julgados definitivamente os recursos interpostos.

**14.2.** Os candidatos aprovados dentro do número de vagas previstas no edital têm direito líquido e certo à contratação, no prazo de validade do concurso e na forma especificada no edital.

**14.3.** O contrato de trabalho terá duração de 2 (dois) anos contados a partir de sua assinatura, em caráter improrrogável.

**14.3.1.** O contrato poderá ser rescindido na hipótese de perda de objeto ou cessado o motivo que lhe autorizou, sem prejuízo de aplicação de cláusula assecuratória.

**14.4.** comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino;

**14.5.** comprovante de estar quite com a Justiça Eleitoral;

**14.6.** O candidato estrangeiro fica dispensado das exigências contidas nos subitens 14.4 e 14.5.

**14.7.** Em caso de diploma de graduação obtido no exterior, o candidato deverá apresentar o comprovante de revalidação ou o respectivo protocolo de solicitação até a data da contratação.

**14.8.** Em caso de títulos obtidos fora da Unesp que exijam equivalência, o candidato deverá apresentar a sua comprovação ou o respectivo protocolo de solicitação até a data da contratação.

**14.8.1.** Sendo apresentado protocolo com data superior a 30 dias, o candidato deverá anexar documento comprobatório referente ao andamento do processo de equivalência atualizado.

**14.8.2.** Após 3 (três) meses da contratação, a fim de dar continuidade a seu vínculo docente, caso ainda não tenha sido comprovada a equivalência, deverá ser apresentado, novamente, o andamento do processo com a respectiva comprovação.

**14.9.** Não registrar antecedentes criminais.

**14.10.** O candidato deverá observar, o prazo de interstício mínimo entre o término da vigência de um contrato em qualquer Unidade da Unesp e o início de outro, previsto na Lei Complementar nº 1093/2009 e suas alterações.

## **15. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1.** O resultado final do concurso público será publicado no DOE.

**15.2.** A Congregação terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder o recurso impetrado, a contar do prazo final para recurso.

**15.3.** O resultado do concurso será homologado pela Congregação da Unidade Universitária e publicado no DOE.

**15.4.** Será eliminado do concurso público o candidato que não comparecer na sala ou local de sorteio/prova no horário estabelecido ou não portar documento original oficial com foto.

**15.5.** O prazo de validade do concurso será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de publicação de sua homologação no DOE.

**15.6.** Não haverá devolução de importância paga, ainda que maior ou em duplicidade, nem isenção total de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado, exceto nos casos em que o concurso público não se realizar.

**15.7.** É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações no DOE e no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>, referente ao presente concurso.

**15.8.** Os questionamentos relativos a casos omissos ou duvidosos serão julgados pela comissão examinadora.

**15.9.** A inscrição implicará no conhecimento deste Edital e no compromisso de aceitação das condições do concurso, aqui estabelecidas.

**15.10.** Implicará na rescisão por justa causa do candidato:

**15.10.1.** o não atendimento dos itens 3.1.1., 3.1.2. e 14.8.2;

**15.10.2.** a não apresentação da cédula de identidade com visto permanente, no caso de candidato estrangeiro.

**15.11.** O candidato será responsável por qualquer erro, omissão e pelas informações prestadas no ato da inscrição.

**15.12.** O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou, ainda, que não satisfaça a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada, e em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado e que o seja constatado posteriormente.

**15.13.** Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no DOE.

## **PROGRAMA**

1. Inspeção ante-mortem e abate humanitário dos animais domésticos
2. Inspeção post-mortem de bovinos
3. Inspeção post-mortem de aves
4. Inspeção post-mortem de suínos
5. Inspeção de leite e derivados
6. Inspeção de pescados

7. Inspeção de ovos e mel
8. Programas de Autocontrole na Indústria de Alimentos
9. Doenças de Origem Alimentar
10. Micro-organismos indicadores de contaminação em alimentos

## BIBLIOGRAFIA

1. ABERLE, E. D. et al. Principles of meat science. 4th ed. Dubuque: Kendall/Hunt, 2001.
2. ADEFARAKAN, A.O. A Detailed Handbook on Fish Production. 2020.
3. ALCARLE, A.R. et al. Fundamentos de ciência e tecnologia de alimentos. Editora Manole, 1. ed., 2019.
4. AUGUSTO, P.E.D. Princípios de tecnologia de alimentos: Volume 3. Editora Atheneu, 1. ed., 2017.
5. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Decreto n. 9.013, de 29 de março de 2017. Regulamenta a Lei n. 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2017.
6. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Decreto n. 10.468 de 18 de agosto de 2020. Altera o Decreto n. 9.013 de 29 de março de 2017, que regulamenta a Lei n. 1.283 de 18 de dezembro de 1950, e a Lei n. 7.889 de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2020.
7. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa n. 3 de 17 de janeiro de 2000. Regulamento Técnico dos métodos de insensibilização para abate humanitário dos animais de açougue. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2000.
8. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa n. 62 de 26 de agosto de 2003. Métodos analíticos oficiais para análises microbiológicas para controle de produtos de origem animal e água. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2003.
9. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa n. 76 de 26 de novembro de 2018. Ficam aprovados os Regulamentos Técnicos que fixam a identidade e as características de qualidade que devem apresentar o leite cru refrigerado, o leite pasteurizado e o leite pasteurizado tipo A. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2018.
10. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa n. 77 de 26 de novembro de 2018. Critérios e procedimentos para a produção, acondicionamento, conservação, transporte, seleção e recepção do leite cru em estabelecimentos registrados no serviço de inspeção oficial, na forma desta Instrução Normativa e do seu Anexo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2018.

11. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa n. 58 de 6 de novembro de 2019. Altera artigos da Instrução Normativa n. 76 de 26 de novembro de 2018. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2019.
12. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa n. 59 de 6 de novembro de 2019. Altera artigos da Instrução Normativa n. 77 de 26 de novembro de 2018. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2019.
13. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Manual de métodos oficiais para análise de alimentos de origem animal. Secretaria de Defesa Agropecuária. Brasília:MAPA, 2017.
14. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria n. 368 de 4 de setembro de 1997. Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores/ Industrializadores de Alimentos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1997.
15. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria n. 46 de 10 de fevereiro de 1998. Manual genérico de procedimentos para APCC em indústrias de produtos de origem animal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1998.
16. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria n. 711 de 1 de novembro de 1995, alterada pela Portaria n. 1304 de 7 agosto de 2018. Normas técnicas de instalação e equipamentos para abate e industrialização de suínos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2018.
17. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria n. 210 de 10 de novembro de 1998, alterada pela Portaria n. 74 de 7 de maio de 2019. Regulamento Técnico da Inspeção Tecnológica e Higiênico-Sanitária de Carnes de Aves. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2019.
18. FORSYTHE, S.J. Microbiologia da segurança alimentar. Artmed: Porto Alegre, 2005.
19. FRANCO, B.D.G.M; LANDGRAF, M. Microbiologia dos alimentos. São Paulo: Editora Atheneu, 2003.
20. GALVÃO, J.A.; OETTERER, M. Qualidade e processamento de pescado. GEN Atlas, 1. ed., 2013.
21. GERMANO, P.M.L.; GERMANO, M.I.S. Higiene e vigilância sanitária dos alimentos. 4. ed. Barueri: Editora Manole, 2011.
22. GONÇALVES, A.A. Tecnologia do pescado: ciência, tecnologia, inovação e legislação. Atheneu, 2011.
23. JAY, J.M. Microbiologia de Alimentos. Artmed: São Paulo, 2005.



24. LAWRIE, R. A. Ciência da carne. 6. ed. Porto Alegre, RS: Artmed. 2005.
25. Leis, Decretos, Portarias, Instruções Normativas - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br)
26. NERO, L.A.; CARVALHO, A.F. Raw Milk: Balance Between Hazards and Benefits. Academic Press, 2018.
27. NERO, L.A.; da CRUZ, A.G.; BERSOT, L.S. Produção, Processamento e Fiscalização de Leite e Derivados. Atheneu: São Paulo, 2017.
28. PARDI, M. C. Ciência, higiene e tecnologia da carne. Niterói, RJ: EdUFF; Goiânia: UFG, Centro Editorial e Grafico, 1993.
29. SANTOS, I.F.; FUKUDA, R.T. Patologia aplicada à inspeção de carnes: diagnóstico clínico, macroscópico, diferencial e decisão sanitária. EdUFF: Rio de Janeiro, 2014.
30. SILVA, N. et al. Manual de métodos de análise microbiológica de alimentos e água. 5. ed. Blucher: São Paulo, 2017.
31. SILVA, C.O. et al. Ciência dos Alimentos: Princípios de Bromatologia. Editora Rubio, 1. ed., 2017.

Proc. 943/2025/FMVZ

Publicado no DOE de 15/10/2025